

POLÍTICA

Jatene e Edmilson reúnem. Almir é que sai perdendo

Depois de vários anos, o governador do Estado e o prefeito da capital voltaram a se reunir. O encontro foi risonho e franco. Os dois anunciaram obras comuns em proveito da população. O único que ficou mal na foto colorida foi o ex-governador Almir Gabriel. Mais ranzinza e intolerante do que nunca, embora à distância e, agora, passivamente.

Depois de travarem sua batalha de Itararé, aquela que ficou famosa por não ter havido, o governador Simão Jatene, do PSDB, e o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, do PT, saíram do primeiro encontro mantido nos últimos anos entre as

**INDENIZAÇÃO
RECORDE:
R\$ 120 MILHÕES**
Págs. X/X

duas principais autoridades públicas no Estado, no dia 9. Depois de quase quatro horas de conversa, cada um proclamou a própria vitória, embora ela pudesse ser comparada à de Pirro, aquele que ganhou mas não levou.

No balanço de ganhos e perdas seria difícil identificar quem saiu realmente vencedor. O que estava em causa era pequeno, principalmente se comparado ao que foi deixado para depois ou continuou sua trajetória conflituosa.

A agenda da reaproximação entre os dois maiores adversários na atual arena política paraense foi preparada para render mais dividendos simbólicos do que lucros reais. Na verdade, foi um golpe de *marketing*. Cada um dos lados reivindicou para si os méritos da pacificação entre as duas mais expressivas forças eleitorais. Quem tomou a iniciativa concreta foi o governador tucano, que propôs o encontro em ofício enviado ao Palácio Antônio Lemos, no dia 3.

Mas a assessoria do prefeito não deixou por menos. “A iniciativa do encontro partiu do prefeito, que manifestou informalmente e através da imprensa seu interesse em reunir com Simão Jatene ainda em janeiro”, assegurou um comunicado da Comus, a assessoria de comunicação social do município.

Independentemente do exame do DNA para identificar o pai da pacificação, a conta do prejuízo, que a rivalidade entre os dois grupos tem causado à população da capital, foi passada para o passivo do antecessor de Jatene, o seu correligionário Almir Gabriel. O histórico (ainda que anódino) encontro só aconteceu porque Jatene mudou a postura no Palácio dos Despachos. Se lá, anteriormente, o nome do prefeito vermelho provocava urticárias só ao ser pronunciado, a admissão – seguida de viabilização – do diálogo é mérito do atual governador. Se fosse um sucessor linear de Almir Gabriel, Jatene teria mantido a guerrilha travada entre os dois grupos.

Por que a mudança? Certamente porque Simão Jatene está atrás de sua identidade. De criatura, quer se transformar em criador. Não pretende ser apenas um caudatário dos projetos de Almir Gabriel, o que o exporia desde já ao risco de um único mandato de governador. O caminho da reeleição ainda é longo, mas Jatene está

mostrando disposição para chegar novamente ao ponto de largada em 2006.

As cenas gravadas durante a longa audiência, mostrando afabilidade entre os líderes dos dois grupos políticos, que antes se engalinhavam por qualquer pretexto, incapazes de criar um canal de comunicação para servir ao interesse público, devem ter levado os paraenses a admitir que agora há um verdadeiro gestor da coisa pública no Palácio dos Despachos, sem ódios ou preconceitos. A marca de Jatene passa a ser a do diálogo, da descontração, da verdadeira causa pública, acima das condicionantes partidárias ou ideológicas (sua presença ao lado do presidente Lula, dias depois, dá um reforço nacional a essa imagem).

Atrair Edmilson Rodrigues à sede do governo estadual também teve o propósito de privar o PT de uma bandeira de campanha para os palanques da eleição municipal do próximo ano. Seria muito cômodo aos petistas acusar os tucanos de devolver o poder aos carcomidos líderes do PMDB, à frente o deputado federal Jader Barbalho, fazendo a má imagem do ex-ministro contaminar as fileiras do PSDB.

Mas se Jatene recebeu Jader, também Edmilson já esteve em seu gabinete. Ora, se é para o bem de todos e a felicidade geral do Estado, por que excluir grupos e correntes? Afinal, o povo unido jamais será vencido (embora, é bem verdade, o povo se reduza às meias dúzias de gatos pingados de sempre, no comando do erário e da caneta de nomeação e demissão de funcionários).

Do encontro espalhafatoso do dia 9 podem vir a surgir resultados concretos – e até positivos – mas nada que vá além do nível cosmético, da perfumaria. Provavelmente quando chegar aos pontos nodais de divergência, a *entente* estanque. É claro que há uma salutar evolução quando a atitude intolerante é substituída pela postura civilizada. Esse avanço lustra ainda mais a imagem de Jatene em oposição à de Almir – e mesmo de Edmilson, como se verá na hora devida, a de bater chapas. Os arquivos, nesse momento, serão muito usados.

Essa sensação de ganho resulta menos da conquista efetiva do que da constatação sobre o estado de

primitivismo que vinha caracterizando a relação entre os chefes de grupos políticos. Qualquer conquista passa a ser bem-vinda, mesmo que venha se revelar apenas fogo-fátuo. Ainda nessa perspectiva, o governo Jatene cria um contraste marcante em relação ao seu padrinho.

De imediato, sem precisar de maior consulta, o governador determinou à Cosanpa para viabilizar o túnel da Bandeira Branca, que deverá dar alguma sentido ao atual elevado, ainda uma decoração de pouco uso na área. A dedução imediata é de que se Almir Gabriel vetou esse complemento municipal, alegando que ele era incompatível com a adutora de água da cidade, ou Jatene está sendo irresponsável agora ou Almir foi apenas rabugento e raivinha antes.

Enquanto acumula munição no paiol de *marketing* para 2004, Jatene vai atirando mais nos antigos aliados do que nos adversários. Conquistada a cadeira de governador, ele parece estar convocando a todos, veteranos e neófitos, a refazer o compromisso de lealdade e subordinação, já agora à sua pessoa e não mais à do antecessor.

Talvez por isso é que enquanto um grupo vai se sentindo mais em casa, outro começa a perceber a perda de terreno. Sem falar que peemedebistas, pefelistas e até os “neo-verdes” do secretário José Carlos Lima estão mais confortáveis no poder estadual do que muito tucano, sobretudo os que estavam mais próximos a Almir Gabriel.

Bem sintomático é o encurtamento das rédeas do amplo poder de que antes desfrutava o secretário de cultura, Paulo Chaves Fernandes, o favorito do rei que se foi. Quem passa pelo Parque da Residência já sente o forte cheiro de fritura, que não vem da bem abastecida cozinha do *chef* Alipinho, mas do vizinho gabinete do imperial secretário. Ao que parece, ou ele se enquadra nos parâmetros do novo poder, ou seus dias de glória estarão contados. Paulo Chaves parece estar se tornando uma espécie (mal comparando) de São João Batista, à mercê dos caprichos de uma Salomé mutante, catando cabeças para cortar em favor da pedagogia do exemplo.

A temporada promete.

O parto do nascimento da Vale do Rio Pará

Se depender da Companhia Vale do Rio Doce, o Pará continuará a crescer aceleradamente em termos quantitativos, mas o ganho qualitativo será baixo. As curvas do crescimento econômico e do desenvolvimento humano, nessa progressão, continuarão a seguir a trajetória atual: distanciando-se um do outro.

Este pode ser o resumo do primeiro debate público da empresa depois de desencadeada a polêmica em torno do pólo siderúrgico de São Luís. O encontro ocorreu durante uma sessão especial convocada no dia 14 pela deputada Sandra Batista, do PC do B, para o auditório da Assembléia Legislativa, em Belém.

A Vale não ignora que a expansão das suas atividades não está resultando em ganho relativo para o Estado. A empresa paga pouco imposto por causa dos incentivos à exportação, absorve apenas uma pequena parcela da mão-de-obra que atrai ao se instalar em áreas pioneiras, cria enclaves a partir de pesados investimentos em infraestrutura e tecnologia para adquirir competitividade internacional e, ao arrastar consigo cultura criada e desenvolvida há bastante tempo em outras áreas, tem sido impermeável ao jogo de reivindicações e pressões locais.

Diz, porém, que está disposta a participar de qualquer esforço para mudar ou minimizar essa situação. Só que, como mineradora, garante ser pequena sua possibilidade de agir diretamente na cadeia produtiva de transformação das matérias primas e insumos básicos que gera. Está presa a circuitos mundiais de comércio e à sua própria especialização. Se ampliar sua participação em empreendimentos industriais, como na siderurgia, pode se tornar concorrente dos seus clientes. A consequência lógica seria perder esses clientes, sem garantia de compensação no novo negócio.

Impossibilitada, assim, de dar respostas mais efetivas à aspiração paraense de verticalização da mineração, a empresa pode oferecer seus préstimos para atuar como indutora e parceira em outros setores. Na sessão especial da AL, a única proposta concreta apresentada pelos representantes da CVRD foi a criação do "arco de desenvolvimento sustentável".

Esse projeto seria executado exatamente na área de 500 mil quilômetros quadrados que, por ter sofrido a mais intensa ação humana, nos limites de entrada na Amazônia ou na sua semicir-

conferência sudeste, foi batizada de "arco do desmatamento". Quase 40% dessa superfície, equivalente ao dobro do Estado de São Paulo (do tamanho do Iraque), foi desmatada. Quase metade da área ocupada pelo colonizador foi por ele abandonada, por apresentar rendimento decrescente ou deficitário, além de problemas ecológicos. A Vale se dispõe a se associar ao governo para desenvolver nessas áreas novas atividades econômicas, dotadas de sustentabilidade.

Uma das mais indicadas seria o reflorestamento. Nos 30 mil hectares que reflorestou com eucalipto a partir de 1992, na área da ferrovia de Carajás, a Vale já alcançou produtividade de 40 metros cúbicos por hectare ao ano e espera atingir 60 m³, batendo qualquer outro concorrente no país. O reflorestamento forneceria matéria prima para a produção de carvão vegetal, que alimentará as guseiras, impedindo-as de ficar sem suprimento para suas necessidades e evitando que elas sejam uma fonte de destruição ecológica em toda a sua área de influência. O parque siderúrgico de Minas Gerais emagreceu justamente por dificuldade na produção de carvão vegetal. Carajás já responde por um quarto da produção nacional de gusa.

Mas se a CVRD concretizar a anunciada associação com a americana Nucor, deixando de ser apenas fornecedora de minério de ferro para ser também produtora de gusa, provavelmente engolirá todas as usinas isoladas de Carajás dadas as gritantes diferenças de tamanho e poder. Foi o brado dado pelo representante da Federação das Indústrias no debate. Luís Carlos Monteiro falou também como produtor de gusa, na qualidade de presidente da Cosipar. Agiu em causa própria, é claro, mas suscitou uma situação que leva a uma questão de fundo decisiva: quem pode regulamentar a atuação da Vale?


A empresa, como os números mostram, é maior do que o Estado. Maior tanto por sua geração de caixa e por sua taxa de lucro (correspondente aos recursos de investimento do governo), como por sua *expertise*. O Estado não tem sido interlocutor à altura da maior empresa em atuação no seu território. Mais porque não se aplica adequadamente para desempenhar o papel que lhe cabe do que pelos efeitos dos estratégias da Vale. Eles existem, mas não seriam tão

eficientes se a empresa estivesse diante de uma verdadeira autoridade.

Como é muito fácil atacar a CVRD, mesmo com argumentos frágeis, o conteúdo é deixado de lado em favor da demagogia ou da irresponsabilidade. Como se julga forte o bastante no escalão mais alto e poderoso da República, a Vale nem se dá ao trabalho de responder e contraditar. Nesse diálogo de surdos-mudos, os espertos, maliciosos e audaciosos se dão bem. O Estado e seu povo acabam mal. Apenas balangandãs, miçangas e paetês atenuam o prejuízo. E também alguma coisa por fora, naturalmente.

Em mais um episódio de curto-circuito nas relações com a empresa, o governo recorre a uma consultoria externa para se armar. Ainda que a consultoria fosse competente e adequada ao caso, sem a menor sombra de comprometimento ou parcialidade, a conquista obtida por essa ajuda será sempre efêmera, tênue, ilusória. O Estado tem construído castelos de areia na praia da mineração e suas extensões industriais, entre nós nada mais do que miragens de oásis. No processo da decisão tem prevalecido o *ius imperium* do chefe, sujeito a todos os tipos de variação e interferência.

Na última consultoria externa a que recorreu, o Estado foi servido por dois notáveis, contratados pela CVRD para fazer a projeção das alternativas de desenvolvimento paraense. O resultado foi pífio, sem justificar as merecidas famas de Eliezer Batista (sobretudo dele) e de Raphael de Almeida Magalhães, que comandaram o trabalho. Mas foi recebido com festas pelo então governador Almir Gabriel. Não sem motivo: afinal, o relatório dizia quase tudo o que sua excelência queria ouvir, dando razão ao seu projeto do "Novo Pará", tão novo quanto o que foi aplicado na África e na Ásia, com os resultados que qualquer estudante está em condições de saber.

O que falta, agora que a empresa se despe um pouco da sua arrogância e se predispõe a conversar, é dizer à Companhia Vale do Rio Doce o que é o Pará, o que pretende alcançar e o que espera (ou determina) que a empresa faça para se ajustar a um novo modo de desenvolver o Estado, não mais o do crescimento como rabo de cavalo: sempre para baixo. 

Mato Grosso quer rever a fronteira

A já antiga guerra de fronteiras entre o Pará e Mato Grosso parece que vai esquentar de novo. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de um partido aliado do governo federal, o PPS, está tomando a iniciativa de defender os interesses do seu Estado em todas as frentes de contencioso com o Pará, que ainda não se manifestou a respeito. Maggi já manifestou a intenção de acelerar a demarcação oficial da linha de fronteira, usando como instrumento um convênio assinado entre os dois Estados, no início da década de 80, para a demarcação. A área em discussão abrange quase 2,5 milhões de hectares. O governo de Mato Grosso está disposto a demarcar oficialmente a linha de fronteira, por iniciativa própria e de forma unilateral, se o Pará não aderir ou não se pronunciar a respeito.

A população matogrossense da área de litígio diz ter sido prejudicada pela falta de vontade política do governo anterior, de Dante de Oliveira, do PSDB. Com o agravamento dos prejuízos econômicos resultantes da indefinição geográfica, o que eles classificam como "o Nortão de Mato Grosso" estaria se inviabilizando economicamente. Os mais prejudicados seriam os pecuaristas. Como supostos habitantes do Pará, que ainda não é considerado área livre de aftosa, os fazendeiros da região não podem exportar carne para os países europeus. Além disso, como só possuem títulos de terra expedidos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), vários outros proprietários estavam impedidos de obter financiamento porque os bancos não consideram válidos os documentos de Mato Grosso.

A fronteira entre Mato Grosso e Pará foi definida em 1900, através de uma convenção firmada entre os dois Estados e o governo federal, com base nos levantamentos feitos à época pelo marechal Cândido Rondon. Na ocasião, foi definido como ponto de

partida para essa delimitação a margem esquerda do rio Araguaia, no extremo esquerdo da Ilha do Bananal, e o Salto das Sete Quedas, no Rio Teles Pires.

A polêmica começou em 1922, quando, na elaboração da 1ª coleção internacional de cartas geográficas, uma equipe do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro tomou como referência não o Salto das Sete Quedas, mas a Cachoeira das Sete Quedas. O Pará aceitou a mudança, mas Mato Grosso a rejeitou, considerando-a um equívoco, que teria alterado o ponto-limite da fronteira em 2,4 milhões de hectares para dentro do território matogrossense em relação à convenção firmada.

O litígio se arrasta desde então, mas somente nos últimos cinco anos Mato Grosso passou a fazer ações políticas para reaver o território. As iniciativas não avançam, dizem os vizinhos, porque do lado do Pará não havia o interesse de rever uma situação que o favorece. O problema é que nessa faixa contenciosa entre o Araguaia e o Teles Pires o pólo dinâmico está em Mato Grosso, que exerce poder gravitacional sobre a região. De certa forma, as razões de fato estão em dissociação com as razões de direito.

O município de Guarantã do Norte, por exemplo, é que comanda as comunidades do Iriri e do Vale do XV, que pertencem ao Pará. Já a prefeitura de Vila Rica polariza as comunidades do distrito paraense de Santana do Araguaia. A presença paraense é muito mais tênue. Ao longo de toda a fronteira de 670 quilômetros há apenas um posto fiscal do Estado, que fica à margem da BR-163 (a Santarém-Cuiabá).

Direitos à parte, parece já ter chegado a hora de as duas partes sentarem à mesma mesa para resolver problemas que afligem as pessoas no dia a dia, sejam elas cidadãos do Mato Grosso ou do Pará.

Jornalismo

Desde 1992, quando Rosângela Maiorana Kzan, diretora administrativa da corporação, começou a saraivada de ações contra mim na justiça, meu nome entrou para o índice do grupo Liberal. De nenhuma maneira posso ser citado nos veículos de comunicação da empresa. A prática é odiosa, mas não me incomoda. O mundo continua a girar e a Lusitana a rodar, apesar dos caprichos da família real.

O problema é quando sou efetivamente notícia. Na cobertura de um evento público e significativo, os profissionais das Organizações Romulo Maiorana se vêem diante da questão: ou me ignorar ou tentar aproveitar o que digo. A primeira alternativa é tão simples quanto eticamente execrável. A segunda leva a absurdos, como o noticiário sobre a sessão do dia 14, na Assembléia Legislativa, organizada pela deputada Sandra Batista para discutir a relação da Companhia Vale do Rio Doce com o Pará.

As informações que divulguei nas minhas intervenções foram reproduzidas no dia seguinte pelo jornal "O Liberal", mas a autoria foi coletivizada e jogada sobre os costados do anonimato. O consciencioso (mas cerceado) profissional teve que recorrer a desvios de expressão, como "os palestrantes" ou "foram exibidas", para omitir a autoria das declarações sem sonegar os dados apresentados, de interesse público.

Meno male, dizia Romulo Maiorana. Ao menos algumas informações chegam ao conhecimento da sociedade, mesmo que pela via tortuosa de uma psicografia do éter, que o grupo Liberal transformou em uma de suas contribuições para o jornalismo enigmático que pratica. Método jornalístico, aliás, que é uma das raízes da desmemória paraense.

No domingo passado, por exemplo, o jornal abriu manchete de capa e duas páginas internas para "denunciar", como se fora novidade, que a Ferrovia Norte-Sul desvia o transporte de cargas para o Maranhão, mimando o projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins. Em 1985 (há 18 anos, portanto), nas páginas do mesmo jornal, fiz uma série de matérias – aí, sim, se me permitem – revelando o que a engatinhante Norte-Sul iria representar: no futuro, a conexão das duas grandes ferrovias controladas pela Vale (a Vitória a Minas e a Carajás), ligadas de Norte a Sul pela nova ferrovia (idealizada pela Valec, de Paulo Augusto Vivacqua, ex-Vale) e ampliando ainda mais um sistema de transporte que, na sua versão atual, já é responsável por mais de um terço da movimentação de carga do país.

Os artigos viraram capítulo de um livro editado logo em seguida pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Mas certas pessoas, jamais esquecendo o que sabem, nunca aprendem nada.

R\$ 120 milhões: é a conta da indenização da Paraporã

O Estado do Pará poderá ter que pagar 120 milhões de reais pelo que o jurista Humberto Theodoro Júnior classificou de “um dos mais claros casos de erro judiciário com que me deparei nos últimos anos”. Depois de 32 anos de tramitação na justiça, o “caso Paraporã” chegou à fase de execução. Os herdeiros do proprietário, os Meinberg, de São Paulo, cobram indenização pelos danos sofridos com a desapropriação da área, feita pelo Estado em 1971. Em última instância, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a ilegalidade do ato do governo paraense.

A história começou quando o governador Fernando Guilhon desapropriou a Fazenda Paraporã, onde havia ocorrido um conflito sangrento entre funcionários da fazenda, posseiros e a polícia, “por utilidade pública”. Na verdade, somente por interesse social é que a expropriação pode ser praticada. O problema é que a desapropriação de imóvel rural por interesse social era prerrogativa exclusiva da União. Estava fora do âmbito estadual.

Os donos da fazenda recorreram à justiça em defesa dos seus direitos, com dois argumentos. Alegaram que o governo do Estado não tinha competência legal para fazer a desapropriação de um imóvel rural, prerrogati-

va de uso exclusivo da União. Também argumentaram que, independentemente do mérito da questão, lhes cabia o direito de ser indenizada pelos danos que já haviam sofrido e que ainda viriam a ocorrer. Além dos danos causados direta e imediatamente, requereram indenização por perdas e lucros cessantes. A Fazenda Paraporã era um projeto apoiado pela Sudam, que havia liberado para ela a primeira parcela de colaboração dos incentivos fiscais.

Desde então, um dos traços mais marcantes desse processo foi a incapacidade dos representantes do Estado de, num primeiro momento, fazer uma competente defesa do interesse público e, em seguida, trazer para os autos provas elucidativas sobre um mistério: como é que uma fazenda de 8,7 mil hectares, em São Domingos do Capim, chega ao valor indenizatório atual, de R\$ 120 milhões?

O valor da terra nua, segundo a tabela de valores vigente, não chegaria a R\$ 300 mil. Sobre essa base física agregam-se as benfeitorias e toda a cascata de valores adicionais. Mas certamente a Paraporã teria que ser a maior exemplo de sucesso da história da Sudam para valer atualmente seis vezes o custo da cara Estação das Docas, de Paulo Chaves Fernandes, ou nove vezes o novo Ver-o-Peso,

de Edmilson Rodrigues. Faça-se que apenas um outro “caso” controverso superou, o da madeireira Sabim (que chegou a ser avaliada judicialmente em estratosféricos R\$ 80 bilhões), também projeto Sudam.

A Agropecuária Paraporã tinha apenas um ano de existência quando foi desapropriada. Seu projeto para a criação de gado de corte havia sido aprovado sete meses antes pela Sudam, empenhada em apoiar a ocupação da Amazônia através de grandes fazendas de criação extensiva, a mais conhecida e a mais barata forma de colonização. Foi justamente a implantação dessas grandes fazendas que intensificou tensões sociais e conflitos fundiários, como o ocorrido no Capim, com duas mortes.

O jurista Theodoro Júnior aplicou a classificação de erro judicial grave ao processo da Paraporã porque, segundo ele, a indenização não havia transitado em julgado. Ainda era possível recorrer. Sem uma decisão definitiva, em instância final, não poderia haver um título executivo judicial para cobrança. Ela se tornara indevida e ilegal. O parecerista admitia que esse erro podia ter resultado “do longo tempo de tramitação do processo”. O parecer do advogado paulista foi dado a pedido da Procuradoria Geral do Estado, mas não parece ter conseguido nenhum efeito prático: a execução da sentença chegou ao momento final.

Após vários incidentes, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que os direitos da empresa, anulando o decreto estadual, considerado inconstitucional. A Paraporã interpretou essa manifestação como o final de toda a história e requereu a execução da sentença. O valor estabelecido há quatro anos, de R\$ 80 milhões, foi considerado “absurdo” pela Procuradoria Geral do Estado, que contestou os itens do cálculo, a partir da constatação de que a fazenda mal iniciara sua instalação e que já estava invadida quando o governo interveio.

Há ainda um ponto nebuloso na questão: a indenização paga pelo Incra em um processo de desapropriação paralelo, da mesma área, feito pelo governo federal. Publicamente, ninguém sabe o que foi pago e por quanto, informações que talvez devessem ser aplicadas à avaliação do débito estadual. Mas agora o governo do Estado foi intimado a pagar a indenização, a maior que já lhe foi cobrada. A história acabou mesmo? O final é devido? São duas perguntas cruciais em busca da resposta satisfatória. Quem se habilita a apresentá-la?

Minas no Pará

O contencioso com a Companhia Vale do Rio Doce já parece estar produzindo um efeito positivo: os municípios paraenses que abrigam atividade mineradora vão seguir o exemplo de Minas Gerais e criar sua própria associação.

Minas Gerais ainda é o primeiro produtor de bens minerais do Brasil, posição que o Pará poderá passar a ocupar até o fim da década. Nada mais natural, assim, que finalmente os prefeitos paraenses anunciaram que pretendem fazer nos próximos dias: visitar Itabira, em Minas, atrás de conhecimento técnico para a criação da Associação dos Municípios Mineiros do Estado.

A necessidade dessa entidade foi sentida no curso da polêmica criada pelo anúncio da implantação em São Luís de uma siderúrgica da CVRD, em associação com investidores chineses. Em meio a um jogo de pressão para reverter a decisão da empresa, em benefício do Pará, os prefeitos constataram que preci-

sam começar a traçar uma estratégia conjunta para enfrentar e negociar as consequências dos projetos de mineração no Estado, a exemplo de Minas, onde a associação atua há 13 anos, congregando 351 municípios mineiros.

Através da associação, os prefeitos querem criar uma base técnica para discutir com as empresas mineradoras, evitando que haja uma relação apenas emocional ou superficial. Também pretendem atrair o interesse para a questão mineral de todos os setores da sociedade e todas as esferas da administração pública. A organização intermunicipal também ajudará a combater a evasão de receita tributária. Com base na capacidade mineradora do Pará, os técnicos estimam que o Estado esteja deixando de arrecadar de 10 a 20 milhões de reais por ano.

Se as boas intenções se concretizarem, será um passo à frente na história da relação entre a Vale e a esfera municipal da administração pública.

A grande lição que fica da guerra do Iraque é que não há muito tempo para aprendê-la e praticá-la

Os objetivos da guerra dos Estados Unidos (coadjuvados pela Inglaterra) contra o Iraque já estão bem claros. A hierarquia de valor pode variar, um objetivo podendo ser apontado como mais importante do que o outro, mas nem o observador mais ingênuo (ou mais americanófilo) pode deixar de encarar as reais motivações da violenta ofensiva bélica americana.

O petróleo é referência inevitável. Seja pelo significado em si das reservas iraquianas, as segundas maiores do planeta, seja pela direção que o regime de Saddam Hussein estava dando à exploração do óleo. Ao invés de deixá-lo com o império mundial, os estava entregando a franceses, russos e chineses.

Outra razão é a decisão adotada em 2000 pelo líder iraquiano, de sair da órbita do dólar, passando a negociar o petróleo com o euro. Essa decisão, com seu explosivo efeito de precedente, além de significar um abalo profundo nas bases econômicas da hegemonia americana, privando-a da função efetiva de Banco Central do mundo, que sustenta seu incorrigível prejuízo operacional, deve ter estimulado o ímpeto de subestadista de Tony Blair.

Cultivando o fetiche insular, a Grã-Bretanha continua resistindo ao projeto unificador do continente, recusando-se a se nivelar com França e Alemanha. Há vários projetos de poder na Europa, uns combináveis, outros excludentes. Mas não há um componente arbitral reconhecido pelos principais protagonistas. É sinal de fumaça no horizonte – e não é a fumaça branca do Vaticano.

Um outro elemento da agressão é regional. Regado a sangue e desmandos, o sonho cesarista (ou nasserista) de Saddam perdeu a bitola da realidade. Ele pretendeu transformar o Iraque, o mais ocidentalizado dos países da região, numa alternativa (antagônica, é claro) ao poderio de Israel e à concorrência árabe. Acostumado a contar com o apoio dos poderosos parceiros comerciais de então, insensíveis às brutalidades do governo de Bagdad até 1991, o ditador deu um passo em falso quando invadiu o Kuwait. O sinal vermelho acendeu no Oriente Médio para os interesses dos Estados Unidos.

A lição que fica

A guerra rápida de 1991, vinculada por Bush pai aos compromissos da ONU e a uma tentativa (que se mostrou ilusória) de restabelecer o *status quo ante*, deveria ser suasória, mas o poder absoluto já havia cegado por completo Saddam Hussein. A partir daí, os EUA adotaram uma escalada de retaliações. O embargo econômico de 12 anos, que se seguiu à invasão do Kuwait, foi mais violento do que a própria guerra, embora de efeito mais lento. Com a vantagem de que os efeitos progressivos anestesiaram a percepção da opinião pública internacional.

Quando George Bush filho, *big-stick* na mão, decidiu arrematar o serviço, deixado inconcluso pelo pai, todas as condições estavam criadas para a aventura de poder imperial. Como há muito a história não registrava, um império ignorou o mundo em torno e estabeleceu, *manu militari*, seus interesses diretos e exclusivos *urbe et orbi*.

Com variações e adaptações inevitáveis, ou decorrentes da hipertrofia do poder planetário instalado na Casa Branca (com um monolitismo que nem na era Reagan chegou a existir), a vontade americana se fez, vertical, esmagadora, eficiente, espantosa. Qual o seu desdobramento a partir de agora? Há incógnitas locais e internacionais complicando as análises prospectivas. A exaltação e a auto-suficiência dos vencedores também dificulta ver mais longe.

Mesmo afiados programas de computador, com matrizes sofisticadas, não conseguirão preencher os vácuos de imponderabilidade que subsistem ao foguetório da vitória. Os EUA arriscaram demais num lance de dados. Ganharam, como era previsível. Ganharam bem, como era possível. Mas levarão? O que levarão?

Todos os demais países, inimigos ou mesmo aliados, devem ter se assustado com a arrogância americana e seu desprezo pelas convenções, acordos e tratados internacionais. Quando seus interesses forem profundamente contrariados, os EUA não hesitarão em recorrer ao seu arsenal de guerra para fazer prevalecer sua vontade. Uma vez que a tenham executado contra um objetivo delimitado, a sanha guerreira parece seguir uma lógica autônoma, com alguma margem de independência em relação à racionalidade dos propósitos que a determinou. Arrasado o Iraque (para ser, em seguida, “desarrasado”, como diria o neológico Antônio Magri), qual a bola da vez? A Síria? O Irã? A Coreia do Norte?

Determinados a ignorar as sutilezas civilizatórias, os EUA sabiam o que fazer

e fizeram, executando – com exemplar eficácia – uma rotina de destruição a milhares de quilômetros do seu território, dele separados por um vasto oceano. Mas poderão continuar a determinar (ou a controlar) o jogo da repercussão e da reação? A que preço? O preço, qualquer que ele venha a ser, o cidadão americano irá pagar. Mas todos os cidadãos do planeta também estarão sujeitos a ele partir de agora.

Claro que essa política da força teve a seu favor um componente especial: o horror produzido no mundo pelo atentado de 11 de setembro de 2001. O impacto daquelas cenas de destruição pelo fanatismo, ao mesmo tempo inteligente e brutal, sofisticado e selvagem, deu ao falcão George W. Bush um cheque em branco, que ele sacou com extremos de radicalidade. Tornou-se um personagem de época (como, antes dele, o foi Nero, ou Átila). Deixou de ser apenas um acaso, mesmo se produzido por primário acidente eleitoral na Flórida (o acaso resultou de uma necessidade?).

Agora a máquina de guerra terá que ser secundada pela máquina de propaganda para impedir que se dissemine pelo mundo, e particularmente na América, a sensação de engodo e frustração diante da inexistência de elos explícitos entre Saddam Hussein e o terror e das armas de destruição que o Iraque teria estocado, mas não apareceram.

Talvez a verdade não chegue jamais até o grande público. Estamos vendo que a mídia se tornou um departamento das grandes corporações e da alta burocracia estatal. A imprensa deixa que germinem em suas páginas e telas as mais incríveis notícias plantadas, desdenhando a coerência do jornalismo, a suíte das informações. Mas a permanência do crédito (ou a insurgência do descrédito) do governo americano é uma dessas incógnitas na equação do futuro.

Independentemente do que a guerra contra o Iraque representar como termômetro do poder americano (se o encadeamento ascensional ou o curto-circuito da elipse), ao restante da humanidade, reduzida a essa condição pouco honrosa de “resto”, caberá reexaminar os termos do seu relacionamento com a única nação imperial hoje existente.

Essa é uma exigência particularmente urgente e grave para a América Latina, um continente que não conseguiu tirar a vantagem possível do relacionamento com o “gigante do Norte” nem pode afrontá-lo como inimigo. A tradição de amizade não



inibiu a formação de um contencioso amplo e vital, ao mesmo tempo tenso e conflituoso, com o vizinho do hemisfério de cima, elemento que agravará a agenda dos próximos passos. É esmagadora a correlação das trajetórias, que mostra a evolução da pujança americana contra um pano de fundo de inconsistência dos países latino-americanos.

Claro que o segundo elemento tem relação causal com o primeiro: é porque se empobreceram nessa relação que os países da América do Sul deram sua contribuição para o crescimento exponencial dos Estados Unidos, uma dependência e uma subordinação que a globalização tenta perpetuar. No entanto, a pobreza de uns não explica completamente a riqueza dos outros.

Há méritos próprios na pujança da América, que nos provoca admiração e inveja. Há deméritos específicos dos países latinos, que responde por sua fragilidade até hoje – e nos indigna. Um dos principais é não conseguir tirar proveito de sua grandeza – efetiva e potencial – em benefício próprio.

Num planeta que busca as novas fontes de sustentação da atividade produtiva, principalmente diante da perspectiva de esgotamento da era do petróleo (em relação à qual a guerra do Iraque poderá ter o significado simbólico da queda de Constantinopla para o mundo medieval), a América do Sul tem um capital de extremo valor: é a Amazônia.

Abrangendo partes de oito países, a Amazônia latino-americana é um território equivalente ao da Europa e dos Estados Unidos. Dois dos seus componentes lhe dão unidade: a água e a floresta. So-

bre essa base de recursos naturais, de dimensão planetária, há um conhecimento milenar tão grande quanto desdenhado, o das populações primitivas.

O grande desafio amazônico do continente é exatamente dar sentido a essas grandezas: dominar o conhecimento sobre esse acervo inigualável de água, que representa 15% das drenagens superficiais da Terra, e esse precioso patrimônio florestal, que contém um terço das florestas tropicais terrestres, com tudo o que sabemos que eles proporcionam e o muito que ignoramos, mas que já podemos intuir ou desconfiar.

Igualmente grandiosa é a tarefa de recuperar e preservar o saber das populações que mais primitivamente se estabeleceram na região, há milhares de anos, garantindo-lhes a continuidade e transmissão para que possamos avançar com perdas menores e ganhos muito maiores do que os atuais, mudando a correlação de força que nos desfavorece.

O mercado comum amazônico é o sinal que a natureza nos dá para que dela tiremos o maior proveito possível. Superando o formalismo diplomático, os países amazônicos precisam concentrar seus esforços em investimentos complementares em ciência e tecnologia, com alvos bem definidos, cronogramas sérios, recursos seguros, vontade e lealdade. Precisam estabelecer políticas convergentes que maximizem benefícios e minimizem custos, escolhendo matrizes da cooperação que favoreçam o intercâmbio e criem condições propícias à competitividade internacional.

Uma agenda de cidadania permitiria enfrentar desafios, como o tráfico de dro-

gas e o crime organizado, que a mera repressão policial ou a ofensiva militar não conseguem abordar com eficiência ou senão a um custo lesivo, como ameaça se tornar na Colômbia. Empreendimentos consistentes e eficazes precisam ser estimulados para que não persista uma tão desastrosa tradução econômica para um potencial de recursos tão fantástico.

A essas ações em seu território, o Brasil – como os demais países vizinhos – precisa aduzir uma iniciativa de maior expressão geopolítica: o desenvolvimento da pesquisa nuclear. A guerra do Iraque desnudou a irrelevância das nações sem poder nuclear intimidatório. Elas podem ter todas as razões morais e todos os trunfos potenciais, mas não contam na hora das decisões mais graves, que dizem respeito ao poder de vida e de morte sobre a sociedade, à guerra.

Sem renunciar às suas posições pacifistas e altruístas, à sua opção pelo arbitramento como meio de resolução das pendências e conflitos, o Brasil precisa se tornar uma potência nuclear para ser efetivamente respeitado no jogo de poder montado pelos poderosos. Só assim terá a prerrogativa de mexer alguma das peças tabuleiro de xadrez que os EUA, mais do que o conjunto das nações mais ricas, pretendem lhes seja privativo. Necessita também aparelhar, modernizar e profissionalizar sua força de defesa para que não pareça um país frágil, ao alcance de apetites externos, sobretudo daqueles absurdos.

Esta é a maior lição da guerra do Iraque. Há tempo para aprendê-la e praticá-la. Mas não muito.

A surpresa de Furnas: hidrelétricas no Madeira

O rio prioritário para abrigar novas grandes hidrelétricas no governo Lula não é mais o Xingu, no Pará, onde a Eletronorte imaginava construir Belo Monte, uma usina que só seria inferior à de Itaipu. Agora o foco de interesse passou a ser o Madeira, entre Rondônia e o Amazonas.

Furnas Centrais Elétricas, uma das subsidiárias da Eletrobrás, anunciou no mês passado que examina a possibilidade de construir, numa primeira etapa, duas hidrelétricas no rio Madeira, para a geração de até sete mil megawatts (ou sete milhões de quilowatts). Essa potência, que transformaria o vale num dos grandes produtores energéticos do país, poderia chegar a até 10 mil MW, se a empresa conseguir viabilizar uma parceria com a Bolívia.

O interesse de Furnas foi estabelecido a partir de uma nova posição assumida em relação às fontes de energia. A empresa entende que o Brasil ainda tem um grande potencial hidrelétrico a ser explorado e não precisa de termelétricas funcionando de forma continuada. As termelétricas só deveriam ser acionadas no momento de pique do consumo, atuando como usinas complementares das hidrelétricas, que continuariam a ser a base da produção energética. Por isso, o Brasil deveria dar prioridade aos investimentos em hidrelétricas, invertendo as prioridades defendidas pelo governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso. Daí a investida no Madeira.

Com essa mudança de prioridade no planejamento energético na Amazônia, ao invés de investir no projeto de Belo Monte, com potência de 11 mil megawatts e custo 6,5 bilhões de dólares (incluindo o sistema de transmissão, de US\$ 2,8 bilhões), em conturbado andamento desde 1989, o governo implantaria um complexo de usinas no Madeira. Inicialmente previsto para 7 mil MW, esse complexo poderia se tornar um megaempreendimento binacional de 13 mil MW, quase do tamanho de Itaipu.

O presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, é um dos que defendem a opção pelo complexo do rio Madeira, que prevê inicialmente a construção das usinas de Girau e Santo Antonio. Segundo ele, "o empreendimento tem a cara do Eliezer Batista", o ex-ministro e ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, um especialista em projetos de desenvolvimento estratégico.

A decisão entre um e outro projeto sairá de uma discussão democrática, conforme o próprio Pinguelli, em um seminário que será promovido, nos próximos meses, em Brasília, reunindo representantes do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Ambos os projetos teriam impacto ambiental. A diferença entre eles, no entendimento da Eletrobrás, diz respeito tanto ao benefício para o sistema interligado quanto para a economia do país como um todo. O projeto do rio Madeira traria vantagens econômicas e, principalmente, estratégicas para o Brasil. Além de um complexo de usinas, o empreendimento prevê a navegabilidade do rio Madeira em um trecho hoje inviável, próximo ao Peru.

O projeto também inclui a abertura de um acesso da Bolívia ao Oceano Atlântico. Os defensores do complexo do Madeira o consideram um trunfo na disputa com o governo boliviano pela redução do preço do gás natural importado daquele país.

Os observadores, apanhados de surpresa pela revelação de um plano dessa magnitude num rio que até então não vinha sendo incluído no plano de aproveitamento energético, ainda tentam reunir informações para saber como avaliar corretamente a novidade. Originária, aliás, de um personagem novo no cenário amazônico: Furnas, a subsidiária da Eletrobrás para a região leste do Brasil.

Água

Mato Grosso sai na frente: o rio Teles Pires, no norte do Estado, terá um consórcio intermunicipal para gerir e controlar o uso de suas águas. A criação do Consórcio Intermunicipal dos Usuários de Recursos Hídricos para Gestão Ambiental da Bacia do Rio Teles Pires será feita através de projeto de lei, a ser submetido às câmaras municipais de toda a bacia.

O consórcio fará a regulamentação das políticas ambientais na região e criará tarifas pelo uso da água. Segundo a lei, a cobrança visa "reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contempladas nos planos de recursos hídricos".

Consórcios intermunicipais já atuam em bacias de outros Estados. Os resultados positivos por causa de sua independência jurídica, técnica, administrativa e financeira na gestão dos recursos hídricos locais. A necessidade de uma entidade para gerir a exploração da bacia do rio Teles Pires foi apontada em estudos que comprovaram os prejuízos ambientais, sociais e econômicos causados pela utilização dos rios de forma desordenada.

O nosso primeiro consórcio, quando sairá?

Cadam maior

Vai custar 30 milhões de dólares a segunda fábrica que a Cadam (Caulim da Amazônia) vai construir no distrito industrial de Munguba, em Almeirim, com início de operação previsto para 2005. Graças a essa expansão, até 2007, quando a nova unidade industrial alcançará sua produção máxima (de 500 mil toneladas), a empresa poderá produzir um milhão de toneladas anuais de argila especial.

A inovação resulta do uso do "spray dryer", equipamento que faz a secagem do caulim. Assim, a Cadam deverá reduzir as vendas do produto na forma bruta, que possui menor valor agregado. A nova unidade deverá entrar em funcionamento em 2005 e terá uma capacidade de produção inicial de 300 mil t, passando, posteriormente, para 500 mil t dois anos depois.

A Cadam foi a primeira produtora de caulim da Amazônia, no final da década de 70, quando seu proprietário era o milionário americano Daniel Ludwig, o idealizador do Projeto Jari (que compreendia celulose a arroz, além de caulim). Com a retirada de Ludwig da região, em 1982, a fábrica passou ao controle do grupo Antunes, que a passou para a Companhia Vale do Rio Doce.

Tucuruí: primeiro passo para corrigir problemas

A era da participação popular na gestão da hidrelétrica de Tucuruí pode ter começado na semana passada, quando representantes de movimentos sociais, instituições de pesquisa e ONGs se reuniram em Tucuruí, durante três dias, para discutir o desenvolvimento regional na área. No manifesto aprovado no final do encontro, os participantes reafirmaram a confiança “de que um novo tempo e novas relações democráticas permitirão atribuir à sociedade e suas organizações a definição de políticas públicas nesse país”.

Anunciaram que lutarão para que o PPA (o plano plurianual de investimentos) “contemple diretrizes para a revisão do modelo energético previsto para a Amazônia, que hoje aponta para a construção de grandes barragens”. Consideram essencial que seja dada prioridade a “pesquisas qualificadas e investimentos em sistemas alternativos que não alterem o ecossistema e a vida humana”.

Com “esperança e preocupação”, os representantes dos movimentos sociais urbanos e rurais dos 15 municípios da bacia do Tocantins, de Marabá a Abaetetuba, sob a influência direta da hidrelétrica, decidiram encaminhar ao governo federal propostas de “ações imediatas e emergenciais em relação aos problemas das populações atingidas pela barragem”.

Uma das mais importantes é que a Eletronorte “apóie um amplo estudo científico, participativo, aberto, sobre a bacia hidrográfica do Tocantins no Pará, contratando grupos de pesquisa idôneos e aceitos pelos movimentos populares, objetivando uma visão conjunta do significado dos rios para um aproveitamento equilibrado da água para transporte, saneamento, saúde, consumo humano e geração de emprego e renda, tendo como prioridade as populações locais”.

Os movimentos populares e as organizações de atingidos por barragens também querem participar da elaboração do novo modelo do setor elétrico e da definição da política energética e ambiental. Nessa nova política, um dos itens reivindicados é a suspensão dos subsídios para as empresas eletrointensivas, como a Albrás e a Alumar.

Mas para que haja um acompanhamento da política para o setor, a Eletronorte

precisaria adotar “uma postura transparente, divulgando e facilitando o acesso a informações sobre seu desempenho econômico, financeiro, técnico, social e ambiental”. Também deveria garantir apoio à realização de seminários, por municípios, para a atualização da realidade e a elaboração de um Plano Popular de Desenvolvimento Regional, assegurando-lhe apoio e recursos, “com gestão e controle das organizações sociais”.

As outras reivindicações apresentadas:

– Constituição de comissões municipais e regionais para fiscalizar a efetiva aplicação dos recursos públicos na área impactada, a montante e a jusante, pela barragem de Tucuruí.

– Formação de uma comissão de inquérito, com a participação de instituições públicas e da sociedade civil, para investigar denúncias de desvios e favorecimentos em investimentos e indenizações realizados pela Eletronorte.

– Garantia de que as comunidades atingidas, a montante e a jusante, serão beneficiadas através de um plano imediato de eletrificação, a preços subsidiados.

→ – Realização de investimentos imediatos pela Eletronorte para suprir uma dívida social histórica pelo não repasse de *royalties* para as populações a jusante da barragem.

→ – A Eletronorte, em conjunto com os movimentos sociais, deverá organizar

um seminário com ampla participação de entidades de pesquisa e do poder público, em Cametá, para a identificação dos problemas e necessidades das populações e comunidades a jusante da barragem.

– Revisão nos convênios firmados entre a Eletronorte e os municípios situados no entorno do lago, financiados com recursos provenientes da receita adicional proporcionada pela elevação da cota, do nível 72 para o nível 74, do lago de Tucuruí.

Os participantes do seminário observaram que a barragem de Tucuruí “serviu de instrumento de desenvolvimento para grandes grupos consumidores de energia”, como a Albrás, Alunorte, CVRD, e Alcoa, “enquanto grande parte da população foi gravemente prejudicada”. Agora seria o momento de a Eletronorte estas empresas saldarem “a grande dívida social com a população rural e urbana do Pará”.

Aparentemente, ao patrocinar a realização do encontro, a Eletronorte sai na frente para remir seus pecados. Mas o caminho de chegada à correção dos erros da política que modelou o perfil da hidrelétrica de Tucuruí ainda é longo e penoso. É positivo que haja sido dado o primeiro passo. Mas ainda é o primeiro passo.

China em primeiro

Este é um dado que vai ajudar a pensar sobre a dimensão do capítulo que paraenses e maranhenses estão vivendo atualmente, disputando a localização de uma nova siderúrgica, na qual a Companhia Vale do Rio Doce pretende se associar com uma empresa chinesa.

A China se tornou, no ano passado, a maior cliente da CVRD. O Japão, ocupante do primeiro lugar durante muito tempo, foi deslocado dessa posição. Em 2001, a Vale forneceu 14% (17,6 milhões de toneladas) de todo o minério importado pela China (92 milhões toneladas). Em 2002 esse índice passou para 16% das 110 milhões de toneladas compradas pelos chineses no exterior. Para este ano a projeção é de que o volume aumente em 10 milhões de toneladas.

A Vale fechou contrato de 200 milhões de dólares com a siderúrgica chinesa Beitai, a segunda maior cliente da mineradora brasileira na região, para o fornecimento de 2 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O acordo, como se sabe, foi fechado no camarote armado pela mineradora para 300 clientes estrangeiros assistirem ao desfile das escolas de samba, na Marquês de Sapucaí. A Vale foi enredo da Grande Rio, que chegou a um inédito terceiro lugar.

O carnaval parece ter dado mais resultados para a Vale do que para o Pará, que a antecedeu no patrocínio de uma escola de samba carioca

Prezado Lúcio
Flávio Pinto:

Tendo tomado ciência através do **Jornal Pessoal** nº 298 de março último, da decisão da 16a Vara Penal, que lhe impôs uma injusta condenação, quero, através desta, manifestar minha solidariedade a você e registrar minha inteira perplexidade diante dessa decisão, no mínimo, equivocada. Todos que conhecem e acompanham seu trabalho podem atestar sua seriedade, isenção e sobretudo sua competência, criando oportunidades para que sejam discutidos e, em alguns casos, até mesmo noticiados, em face de silêncios gerais, os principais temas de interesse de nossa sociedade. Espero que essa injustiça possa ser reparada de alguma forma, e que tal problema não lhe proporcione nenhum desânimo no prosseguimento de sua importante missão.

Atenciosamente
Jose B. Tostes Neto

Falcão

Nas duas primeiras semanas da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, as empresas bélicas americanas tiveram sensível valorização na bolsa de Nova York. Liderando a alta estava a Raytheon. Seus papéis se valorizaram em 13%. Uma das maiores prestadoras de serviço para o Pentágono, a Raytheon foi quem montou o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Farniente judicial

Em matéria de trabalho o poder judiciário não tem sido um bom exemplo. Qualquer motivo é pretexto para a suspensão do expediente, como voltou a acontecer nesta quinta-feira santa. Enquanto todos os cidadãos cumpriam suas funções regularmente, os serventuários da justiça, agregados e derivados antecipavam o feriado, que se prolongaria por quase uma semana. À custa do contribuinte, claro.

O Brasil precisa de muito trabalho. Não fica bem negligenciá-lo, ainda mais num setor que costuma reclamar – não sem razão – do acúmulo de processos, como a justiça. Convinha aos responsáveis pelo poder judiciário despojar-se de um privilégio indevido. Afinal, para cumprir sua relevante missão de bem julgar, magistrados e servidores recebem remuneração e prerrogativas que estão bem acima da média do mercado. São vantagens merecidas, mas seus usufruidores devem comprovar seu merecimento.

Devedora omissa

Desde a semana passada a Cerpa (Cervejaria Paraense), uma das maiores empresas do Pará, perdeu o direito a qualquer tipo de relação comercial com o Estado. No dia 11 a Coordenadoria de Controle da Dívida Ativa da Secretaria Executiva da Fazenda declarou a empresa devedora remissa, juntamente com outras duas empresas. O ato resultou da inscrição do crédito tributário do Estado junto à Cerpa na dívida pública da fazenda estadual. Significa também que a empresa perdeu os recursos administrativos, esgotando essa instância. Agora só tem a via judicial.

Por causa dessa declaração, as repartições públicas estaduais, inclusive autarquias, e os estabelecimentos creditícios controlados governo, ficaram “proibidos de transacionar, a quaisquer créditos; a admissão em licitação pública; a celebração de contratos de qualquer natureza, a concessão de empréstimos, bem como, quaisquer outros atos que importem em transação com o Estado, enquanto não houver a cessação dos efeitos” da declaração, pela regularização da dívida.

Declarada agora devedora remissa, por não quitar débito fiscal cobrado pelo Estado, a Cerpa tem sido uma das empresas mais favorecidas pela administração pública paraense. O benefício mais recente foi a redução, em 95%, do ICMS que a empresa deveria pagar ao erário. Esse benefício fiscal representa um retorno de 20 milhões de reais por ano para o caixa da empresa, financiando seu capital de giro. Equivale a quase tido o seu valor patrimonial.

O tratamento especial foi concedido, quatro anos após a solicitação, como parte da renegociação da dívida da empresa, que chegou a ser de R\$ 38 milhões. Uma parcela do débito da Cerpa era consequência da apropriação, pela empresa, do imposto devido pelos revendedores, que retinha previamente, na condição de contribuinte substituto, e não recolhia. A prática caracteriza o crime de estelionato.

Amazônia residual

Dos 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o órgão criado pelo governo Lula para ser o formulador de políticas públicas Federais, 52 (ou dois terços) são representantes de São Paulo. A Amazônia foi ignorada. Percebida a falha, o Palácio do Planalto colocou cadeiras no plenário do conselho para seis convidados da região, a maior do país. A emenda não foi melhor do que o soneto: sem direito de voto, os distintos convidados se esquivaram do presente de grego.

Saiu-se então com nova emenda, esta agora legal: uma Medida Provisória (mais uma) elevando o colegiado para 90 membros. Nas mãos do ministro Tasso Genro foi parar a lista de 18 candidatos a essas prometidas novas vagas, as de titulares com seus respectivos suplentes. A lista amazônica é composta por economistas, empresários, professores de universidades, magistrados, políticos e até um teólogo.

O Amazonas foi o mais prolífico, sugerindo sete nomes: o economista e secretário estadual de planejamento, José Carlos Braga, que também é irmão do governador Eduardo Braga; o presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), José Seráfico de Carvalho; os empresários Marcílio Junqueira e Néelson Iida; os economistas Ronaldo Bonfim e Serafim Correa, e o pastor Samuel Câmara, que é irmão do deputado federal Silas Câmara. A bancada paraense se apresentou com quatro sugestões: os empresários Fernando Yamada e Luftala Bitar; o reitor da Universidade Federal do Pará, Alex Bolonha Fiúza de Mello, e o reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (antiga FCAP), Manoel Malheiros Tourinho.

Mas, como acontece com o preenchimento da direção dos órgãos federais na região, por enquanto Brasília ainda não conseguiu sair da esfera do compromisso e da promessa.

Aviso

*Este número do **Jornal Pessoal** sai atrasado. Provavelmente o da próxima semana, também. Problemas de saúde me impedem de cumprir pontualmente a periodicidade quinzenal. Mas vamos levando. Com a ajuda do distinto leitor.*

Energia: grandes querem subsídio

Já está francamente aberta a temporada de caça a uma boa tarifa para os dois maiores consumidores individuais de energia do país, responsáveis por 3% de toda a demanda nacional de energia. Albras, no Pará, e a Alumar, no Maranhão, que, juntas, produzem quase 800 mil toneladas de alumínio, estão empenhadas em prorrogar, por mais 20 anos, seus contratos de fornecimento de energia com a Eletronorte, que vencerão em maio do próximo ano.

Pelo padrão vigente, a Albras, que fechou primeiro o contrato, paga apenas 12 dólares por megawatt/hora. A tarifa da Alumar, estabelecida logo depois, é US\$ 22 por MW/h. A Eletronorte já manifestou a intenção de comercializar a energia, gerada a partir da hidrelétrica de Tucuruí, por aproximadamente US\$ 45 por MW/h. As duas empresas juram que esse inviabilizaria a ambas. O custo da energia ficaria acima de 30% do custo total da produção de alumínio primário. Elas perderiam a competitividade internacional.

A Alumar insinuou sua contraproposta: manter os R\$ 22 que já paga por cada MW/h que recebe atualmente. A Albrás não se manifestou explicitamente a respeito, mas seus porta-vozes declara-

ram que qualquer valor acima de 25 dólares é fatal para a indústria. Parece haver algum entendimento prévio entre todas as partes, já que a Companhia Vale do Rio Doce continuou a investir na ampliação da capacidade de produção do seu pólo industrial de Barcarena. Sintomaticamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva contribuiu com sua presença para abrilhantar a inauguração da duplicação da Alunorte, agora a líder nacional do setor e na ponta do continente.

As expansões em bauxita e alumina, as etapas anteriores à produção do metal, contrastando com uma certa hesitação na transformação industrial, indicariam que as eletrointensivas ainda se acautelam contras eventuais surpresas, embora elas pareçam cada vez mais distantes ao menos dos seus horizontes amazônicos. Tanto que a CVRD está investindo em novas usinas no Sistema Sul (duas devem entrar em funcionamento ainda neste ano, com um total de 470 megawatts), onde já produz 10% de toda a energia que consome. O objetivo é elevar a produção própria para 50% até 2010, assegurando uma perspectiva favorável para um grupo que já é o maior consumidor de energia do Brasil.

Restos a pagar

A principal pendência no contencioso entre a prefeitura de Belém e o governo do Estado diz respeito à participação da capital no bolso do ICMS. A prefeitura ajuizou quatro ações contra o governo reclamando de perdas na sua cota-parte. Alega que Belém perdeu mais de 350 milhões de reais nos últimos seis anos com a redução do percentual que lhe cabe na receita do imposto. Antes de Edmilson Rodrigues assumir a prefeitura, a cota parte repassada à cidade era de 32,27%. Atualmente o índice é de 23,57%.

A prefeitura propôs que as alíquotas do ICMS fossem revisadas por um grupo misto e paritário de técnicos estaduais e municipais. Mas está convencida de que o resultado do trabalho será constatar que foi garfada por um ato político, sem base técnica. Tanto que também previu logo um prazo de dois meses para ser iniciada a reposição das perdas.

Só que a revisão provavelmente não levará à plena confirmação do ponto de vista municipal, ainda que não confirme a posição firmada na administração Almir Gabriel. Se não devia perder tanto, Belém efetivamente perdeu peso econômico no período. O interior do Estado avançou na partilha do imposto.

Se a discussão conseguir manter um nível técnico arbitral, surpresas também poderão surgir no tratamento de outros temas polêmicos, como a implantação do PDTU, o plano de desenvolvimento dos transportes urbanos criado pelo governo, com assessoria japonesa, e no repasse para o município do programa de macrodrenagem das baixadas.

Qualquer que venha a ser o desdobramento desses e de outros temas (como a municipalização da saúde e da educação), a vantagem do diálogo é diminuir as margens da demagogia e da má-fé. Por enquanto, ela tem sido tão grande quanto as margens do rio Amazonas.

Contas negativas da Eletronorte

A Eletronorte assinou contrato para comprar energia de outra geradora por um preço de compra maior do que o preço de venda para o consumidor, numa operação condenada ao prejuízo. A revelação foi feita pelo diretor financeiro da Eletrobrás, Alexandre Magalhães da Silveira, em palestra para os técnicos da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais, seção Rio, no início do mês. Outras subsidiárias federais agiram da mesma maneira.

A Eletronorte compra da usina termelétrica da americana El Paso, instalada em Manaus, por um preço "muito maior" do que o preço que vende para a distribuidora que atende a região. Outro contrato que dá prejuízo à Eletronorte é a importação de energia elétrica da Venezuela para a região de Roraima. O pior de todos, porém, é o antigo contrato da Eletronorte com a Albrás, pelo qual o MWh custa US\$ 11, bem abaixo do custo de geração da hidrelétrica de Tucuruí. Magalhães acredita,

porém, que essa situação será revista ainda neste ano, para que o contrato, com vigência até 2004, possa ser renovado.

Silveira garantiu que o setor elétrico não terá mais surpresas, como as do último trimestre do ano passado, quando a Eletrobrás precisou fazer pesadas provisões no seu balanço, com perdas de R\$ 3,6 bilhões. A maior parcela dessas provisões foi por conta da Eletronorte. A estatal não vinha fazendo o provisionamento correto da hidrelétrica de Tucuruí e sua holding

teve que lançar R\$ 600 milhões por conta disso no balanço final de 2002.

A Eletrobrás teve ainda que fazer outra provisão porque a Eletronorte não lhe tem pago os juros dos empréstimos nos prazos acordados. Para não aumentar a montanha de dinheiro, a Eletrobrás deixou de cobrar juros sobre os juros. Mas para prevenir novos descontroles, todas as subsidiárias do grupo passarão a ser auditadas trimestralmente, com os balanços divulgados no *site* da Eletrobrás.

Museu

No dia 3 de outubro de 1956 o Museu Paraense Emílio Goeldi foi reaberto, depois de um longo período de crises sob a administração estadual. O recém-criado Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), com sede em Manaus, assumiu a responsabilidade pela instituição, em nome do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). Na solenidade de reinauguração falaram o diretor do Museu, Walter Egler, o diretor do Inpa, Arthur Cezar Ferreira Reis, o representante do governo do Amazonas, Lupi Martins, e o governador do Pará, Catete Pinheiro.

Hospital

Depois de 10 anos de construção, o Hospital Barros Barreto foi inaugurado, em Belém, em janeiro de 1957, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Mas não todo o hospital: apenas uma de suas alas, com 200 dos 1.200 leitos definidos no projeto original, que jamais seria cumprido por inteiro. Como Belém possuía um elevado índice de mortes causadas pela tuberculose (200 por mil doentes), o "Barros Barreto" foi concebido para ser um dos maiores centros de estudos sobre o bacilo de Koch do Brasil. Os recursos para as obras foram fornecidos pelo governo federal, através da SPVEA, antecessora da Sudam.

FOTOGRAFIA

Nosso Flávio Carvalho

O advogado Hélio Castro provocou furor ao chegar, na noite de 26 de janeiro de 1957, ao bar do Central Hotel, na avenida Presidente Vargas. Esposa ao lado, o irmão de dona Ruth, esposa do futuro multiministro Jarbas Passarinho (na época major do Exército), vestia saia e casaco, peças confeccionadas com tecidos de primeira e que exibiam ricos rendados. Um pouco antes, o artista e milionário Flávio de Carvalho escandalizara São Paulo com indumentária semelhante.

Aos machistas indignados, o pintor explicou que o traje era mais confortável e fresco (o que, efetivamente, era). O irreverente Hélio Castro, vivo até hoje, não pensou duas vezes: se Flávio Carvalho podia, ele também podia. E foi beber seus drinques no então disputadíssimo bar do Central, indiferente aos olhares de

surpresa dos demais "amesendados" e à divertida ironia dos acompanhantes. Um deles, Luiz Pinto (um dos Pinto da família de grandes fotógrafos), aproveitou para fazer a foto, publicada na *Folha do Norte*.

Não foi a primeira, nem seria a última de Hélio Castro, o verdadeiro rei da folia (de ano inteiro, diga-se).



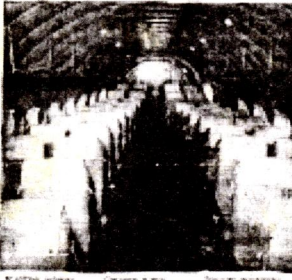
PUBLICIDADE

Oito horas até o Rio

Que tal oito horas de vôo entre Belém e o Rio de Janeiro, com escala em Brasília? Era quanto gastava o *Curtiss-Commander* da Paraense Transporte Aéreos, "a primeira empresa de aviação do Estado" (que desapareceu na década de 70). Para atrair passageiros, a PTA oferecia 25% de desconto sobre a tarifa-base", mas não deixava de estimular o regionalismo dos seus clientes potenciais, que, escolhendo-a, iriam elevar "mais alto o nome da Amazônia".

O "luxuoso avião" dispunha de 44 "poltronas reclináveis, super-confortáveis, próprias para um bom descanso, uma boa viagem, para um repousante sono". As atenciosas comissárias de bordo estariam atentas para servir "iguarias e bebidas de qualidade". O vôo para a então capital federal saía às terças-feiras. As passagens podiam ser adquiridas na rua 13 de Maio 100 ou na loja da Amazônia Turismo. A Paraense tinha um endereço charmoso na Cidade Maravilhosa: bem na avenida Beira-Mar, na entrada do centro.

às terças-feiras




BELEM-RIO

via BRASILIA!

em luxuoso avião
da empresa de aviação do Estado
— um «Curtiss-Commander» da PARAENSE!

PARAENSE TRANSPORTES AÉREOS

Rua 13 de Maio, 100 - Belém - Pará



Elegância

Em outubro de 1962 a Perfumaria Trianon, "profundamente sensibilizada", agradecia à "simpática aceitação por parte das senhoras e senhorinhas de Belém" a uma demonstração de beleza que havia promovido de produtos de Helena Rubinstein, da qual era representante. Aproveitava para anunciar, "como prolongamento de suas promoções do mês da festa de Nazaré", que colocava à disposição "de suas amáveis clientes, uma especialista em manicure e pedicure". Em seu elegante endereço: rua João Alfredo, 141.

Iluminação

Em maio de 1963 a Força e Luz do Pará (Forluz, antecessora da Celpa) decidiu realizar "astronômicos gastos de investimento" para "melhorar a segurança de tráfego, proporcionando, ao mesmo tempo, aspecto mais belo" à mais movimentada e perigosa pista da cidade. O investimento seria na instalação de 180 postes com iluminação de lâmpadas a vapor de mercúrio (a inovadora luz fria) ao longo da antiga avenida Tito Franco (já então transformada em Almirante Barroso). Os postes ficariam entre o Mercado de São Braz e a Bandeira Branca, acompanhando os trilhos da Estrada de Ferro de Bragança. Trilhos que, a partir do ano seguinte, o ministro Juarez Távora (o "vice-rei do Norte"), na administração do marechal Castelo Branco, se empenharia em arrancar